



RASTROS E ECOS MULTIESPÉCIES: USOS E PERCEPÇÕES DA FAUNA SILVESTRE NO OESTE CATARINENSE (1910-1970)

Patrícia Miguel Cavagnoli

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista CAPES

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

miguel.carvalho@uffs.edu.br

1. Introdução

Este estudo se insere no âmbito da História Ambiental, trilhando um percurso investigativo por entre as veredas das interações multiespécies. O objetivo é analisar os usos e percepções da fauna silvestre pelos habitantes do oeste de Santa Catarina (SC), entre 1910 e 1970, período em que a colonização republicana intensificou a abertura de frentes agrícolas em exuberantes e extensos trechos da Mata Atlântica. Ao ocupar terras anteriormente Kaingang, Guarani e caboclas, colonos descendentes de europeus transformaram não apenas as florestas, mas também as percepções e práticas em torno dos animais que compartilhavam o território. As relações com onças-pardas, tatus, lagartos, pássaros, gatos-do-mato e outras espécies revelam como a expansão agropecuária reconfigurou fronteiras múltiplas, afetando tanto a sobrevivência da fauna nativa quanto as formas humanas de narrar e governar a natureza.

Para iniciarmos nos estudos destas imbricadas relações, é importante estabelecermos bases que sustentam essa investigação, a começar pelo sentido de interação/relação compreendido a partir dos estudos de Regina Horta Duarte (2019, p. 33), como uma perspectiva que “propicia análises muito mais significativas do que aquelas que tomam apenas os indivíduos”. Ou seja, estudos centrados nas interações revelam como espécies distintas moldam-se mutuamente, oferecendo uma compreensão mais ampla e relacional da história. Nessa direção também caminham os estudos multiespécies, que propõem uma ruptura com perspectivas centradas exclusivamente no humano, ao buscarem formas alternativas de narrar as relações entre seres vivos, culturas e coletividades, desestabilizando as separações rígidas entre natureza e cultura,



bem como a noção de uma natureza homogênea e universal (SÜSSEKIND, 2018).

Nesse contexto, Donald Worster (2002, p. 24) nos chama atenção para novos campos de estudos na História Ambiental, a qual se recusa pensar a espécie humana com distinção a não humanas ou “que as consequências ecológicas de nossos antepassados podem ser ignoradas”. Ao contrário, Worster (2002) afirma que essa nova postura, perpassa tanto o confronto quanto a interação entre as esferas da “natureza” e da “cultura”. Cada parte se define por referência com a outra, ou seja, a ideia de “natureza”, as representações mentais e coletivas de “natureza” se complementam as ideias e representações do ser humano, da cultura. Evidencia-se assim, que a ideia de natureza e cultura não se origina numa experiência imediata, mas que essas noções são produtos de uma história das mentalidades a ser revisitada.

Diante desse cenário, o problema central no estudo reside na necessidade de compreender como diferentes grupos – indígenas, caboclos e colonos – que habitavam oeste catarinense entre os anos de 1910 e 1970 perceberam e se relacionaram com animais silvestres. A reflexão que orienta esta investigação aponta para uma abordagem que reconhece a complexidade das relações entre humanos e não humanos como parte integrante da constituição do mundo social. Como sustenta Duarte (2019, p. 33), "tomar os animais como sujeitos, seres co-constitutivos, em suas relações, das coletividades humanas" exige questionar as classificações que os reduzem a recursos ou obstáculos.

A justificativa para este trabalho perpassa alguns pontos principais como: a urgência de descentralizar narrativas antropocêntricas, a lacuna historiográfica sobre o oeste catarinense, e o potencial das interações multiespécies para repensar a colonização. No campo da História Ambiental, ainda são relativamente escassos os trabalhos, no Brasil, que abordam a fauna como foco principal de análise. Como aponta Duarte (2019, p. 29), "a história dos animais ainda permanece um tema timidamente explorado no conjunto das pesquisas". Ana Lúcia Camphora (2017, p. 21) reforça a necessidade de resgatar espécies não humanas "do lugar marginal e pouco relevante que lhes destinaram as teorias sociais", evidenciando que sua exclusão das narrativas históricas é uma construção a ser desnaturalizada. No caso específico do oeste catarinense, ainda são poucos os estudos que analisam as interações com a fauna silvestre. A proposta aqui apresentada busca preencher essa lacuna na historiografia regional contribuindo para avanços na nova História Ambiental, conforme aqueles que



nos fala Worster (2002) e que descrevi anteriormente.

Do ponto de vista da função social do trabalho, este estudo busca não apenas recuperar experiências passadas, mas também colaborar com o debate contemporâneo no que diz respeito a pedagogias e políticas mais sensíveis a outros seres vivos além do humano. A forma como lidamos hoje com os animais silvestres está enraizada em construções históricas que precisam ser compreendidas. Ao historicizar as práticas de caça, os discursos jurídicos, da ciência e de conhecimento local sobre os animais, esta pesquisa pretende oferecer uma reflexão crítica sobre os modos como o passado continua estruturando as possibilidades de convivência entre espécies no presente.

Para tanto, os objetivos do trabalho articulam-se em dimensões distintas, mas interligadas, quais sejam: analisar como os indígenas, caboclos e colonos descendentes de imigrantes europeus do oeste catarinense, perceberam e se relacionaram com a fauna silvestre entre os anos de 1910 e 1970, a partir de fontes memorialistas; investigar as práticas de caça, seus sentidos sociais e econômicos, em especial no que se refere ao uso de peles e couros de animais silvestres, utilizando imagens antigas de museus municipais do atual território em estudo e dados estatísticos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE); e examinar as percepções das legislações federais que tratam da fauna entre os anos de 1910 e 1970, no âmbito dos habitantes do oeste catarinense, através de jornais que circularam no período em questão.

2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem metodológica alinhada às premissas da História Ambiental, que como afirma José Augusto Drummond (1991, p. 185), exige uma “prática inerentemente interdisciplinar” e utiliza fontes históricas variadas para compreender as complexas relações entre humanos e animais silvestres no contexto da colonização do oeste catarinense, entre os anos de 1910 e 1970. O recorte temporal (1910-1970) foi definido por abranger desde o início da colonização republicana até o estabelecimento de políticas ambientais mais restritivas no Brasil, o que permite mapear transformações nas formas de perceber e interagir com a fauna silvestre na região.

A investigação estrutura-se em eixos metodológicos principais. O primeiro consiste na análise de registros memoriais que revelam percepções locais sobre os animais silvestres no período entre 1910-70. O segundo dedica-se à interpretação de



fontes visuais, como fotografias de caçadas. Seguindo a proposta de Camphora (2017, p. 29), essas imagens são como documentos que cumprem uma dupla função de visibilidade: perpassam tanto a sensibilidade de perceber aqueles que foram calados “na construção da narrativa histórica”, quanto à sensibilidade de transmitir “aquilo que nem sempre encontra nas palavras sua melhor representação”. Além disso, serão examinados dados quantitativos fornecidos pelo IBGE, referentes à comercialização de peles ao longo das décadas, com o intuito de refletir sobre os sentidos históricos da caça e do processo de transformação dos animais em recursos econômicos. Por fim, será realizada uma análise de legislações federais, estaduais e municipais vigentes ao longo do período estudado, articulada a fontes jornalísticas regionais, para compreender como as transformações na legislação influenciaram nas práticas locais de relação com a fauna.

3. Resultados e discussão

Os resultados preliminares da pesquisa revelam que a fauna silvestre no oeste catarinense foi percebida de modo diverso ao longo dos anos em análise, a depender do grupo social, do contexto histórico e da espécie envolvida. O conjunto de sentidos atribuídos aos animais indica que a fauna não era percebida apenas como parte de um ambiente natural a ser domesticado, mas como presença ativa na experiência humana, demonstrando que os sentidos atribuídos aos animais estavam em disputa.

A análise das fotografias antigas de caçadas sugere que essas práticas possuíam forte valor simbólico e social e conferiam prestígio aos caçadores. Paralelamente, dados do IBGE relativos ao comércio de peles entre 1965 e 1968 revelam que a caça e o uso comercial da fauna integravam uma cadeia econômica estruturada, movimentando valores significativos mesmo em um contexto de legislação ambiental emergente. No campo jurídico, a pesquisa aponta o papel ambíguo das normas legais. Um exemplo emblemático é a transformação semântica nas legislações brasileiras de "animais bravios", em 1916, onde eram considerados coisas sem dono, para "fauna silvestre" sob proteção estatal, em 1967. Como analisam Samylla Mól e Renato Venâncio (2014), a fauna passou de uma natureza tratada como recurso, para uma natureza entendida como algo a ser gerido e protegido, ainda que por interesses humanos e tecnocráticos.

Esses resultados reforçam a abordagem multiespécies para desnaturalizar as hierarquias que tradicionalmente organizam as narrativas históricas. Como destaca



Camphora (2017, p. 19), "fronteiras mais fluídas nos permitem repensar os argumentos que estabeleceram a separação entre o humano e o animal", abrindo espaço para análises que reconheçam a agência histórica dos não humanos.

4. Considerações finais

Esta pesquisa busca contribuir com os estudos da História Ambiental, deslocando a centralidade do humano e reconhecendo a agência dos animais como parte constitutiva dos processos históricos. A escolha da fauna silvestre como foco do trabalho permite explorar uma dimensão ainda pouco investigada na historiografia regional, ao mesmo tempo em que contribui para ampliar o próprio debate. É inevitável perceber que as heranças do passado ainda estruturam os modos como a fauna é hoje concebida. A construção da figura do “animal silvestre”, por exemplo, ainda repousa sobre distinções entre o que é natural e o que é domesticável, entre o que está sob as regras do bem-estar animal ou não, entre o que pode ser protegido e o que pode ser eliminado — distinções essas que foram historicamente construídas, muitas vezes em contextos coloniais e autoritários. Ao revelar essas camadas de sentido, espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para a historiografia regional e ambiental, mas também para reflexões mais amplas sobre convivência interespecies, conservação ecológica e direitos dos animais.

Referências

CAMPHORA, Ana Lucia. **Animais e Sociedade no Brasil dos séculos XVI a XIX**. Rio de Janeiro: Abramvet/Camphora, 2017.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)** revista de la Solcha, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 16–44, 2019.

MÓL, Samylla; VENANCIO, Renato. **A proteção jurídica aos animais no Brasil: Uma breve história**. Rio de Janeiro: GCV, 2014. p.142.

SÜSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 159-178, 2018.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, ago/dez. 2002.